



UNICAMP

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO. Aos três dias do mês de junho de 1985, às 14:30 horas, reuniu-se, na Sala 35, a Congregação da FE, com a participação dos seguintes membros : Pedro L. Goergen (Presidente), Águeda Bernardete Uhle, Ana Soares de Souza (representando Arilda Inês M. Ribeiro), Augusto João Crema Novaski, Carlos E.A. Miranda, Cecília A. L. Collares, Charles Richard Lyndaker, Carmem Célia B. Correia (suplente de Eduardo Schwchtmann), Elisa Angotti Kosso - witch, Eloísa de Mattos Höfling, Helena Costa Lopes de Freitas, Hilário Fracalanza, José Dias Sobrinho, José Camilo dos Santos Filho, Joyce M.A. de P. e Silva, Mabel Servidone, Zacarias P. Borges (suplente de M. Evelyn P. Caropreso), Márcia Regina Ferreira de Brito (suplente de Maria Lúcia Rocha Duarte Carvalho), Maria Meliane Furtado Montezuma, Marinalva Warwar, Nadir Aparecida Gomes Camacho, Newton A. P. Bryan, Raquel Gregori, Regina Alcântara de Assis, Regina Clare Monteiro, Renata Ferramola, Roberto Romano da Silva, Rosália Maria Ribeiro de Aragão, Rosely Brenelli, Sérgio Goldenberg, e Zilda Luz Lisboa. EXPEDIENTE. O Senhor Diretor distribuiu nota a todos os presentes, informando sobre a criação da Revista da FE. Provavelmente, haverá uma reunião no dia 10/6 p.f., para melhor discussão do assunto. Comunicou também sobre a criação do Boletim Informativo da FE, com a data provável de 15/6 para seu número inicial, solicitando a colaboração a todos, para que o trabalho fosse realmente abrangente aos diversos setores da FE. Sugeriu-se que, além de um funcionário e um professor, participassem também da Comissão um aluno de Graduação e um de Pós-Graduação. A Profa. Helena comunicou que o DEME está organizando o seu "Primeiro Caderno" sobre Didática e Prática de Ensino, visando a divulgação interna dos trabalhos dos professores do próprio Departamento; comunicou ainda sobre o debate da ADUNICAMP, no próximo dia 04/6, às catorze horas, na CB-10, sobre o tema : " Eleição Direta para Reitor ". A Profa. Regina comunicou que haverá uma Conferência sobre Alfabetização, no IEL, dia 4/6, às dezesseis horas, e a conferencista será a Profa. Cláudia Lemos. O Prof. Pedro informou que foi recebido um plano " em aberto " do prédio da FE, ou seja, há a possibilidade de planejar as divisórias, salas, etc, de acordo com as necessidades e desejos dos futuros ocupantes; sugeriu ainda que se criasse uma comissão, de 4 ou 5 pessoas, para efetuar este levantamento. Para a próxima reunião ordinária, o Prof. Pedro solicitou que os Departamentos discutissem sobre as dificuldades com o próprio trabalho da Congregação (membros que já mudaram de nível, que não querem mais participar, que nunca compareceram, etc) e já trouxessem propostas e/ou soluções. A seguir, foi aprovada a ata da última reunião ordinária, com a seguinte ressalva : 2ª página - " A aluna Renata Ferramola manifestou-se contra a não convocação da reunião do Conselho Interdepartamental de 26/4 ... " e não como constou. A Profa. Eloísa também solicitou que fosse corrigido o seguinte trecho na 4ª página - " ... sobre a posição da APEOESP ... " para " ... sobre a tendência sentida na APEOESP ... ". Foi aprovada a pauta do Conselho Interdepartamental de 24/5/85, e a Profa. Helena sugeriu que, por questão de ordem, apenas os pontos 5 e 6 fossem enviados para homologação, já que os outros itens foram novamente encaminhados à Congregação. A seguir, iniciou-se a discussão da pauta, com o assunto Colégio da UNICAMP. Inicialmente, prestou-se esclarecimentos sobre o andamento do processo, informando da existência de uma comissão paritária que negociaria sobre o projeto. No entanto, surgiu um documento assinado pelo Reitor e parece definitivo, pois foi encaminhado como proposta. Quanto ao documento inicialmente proposto pela FE, foram feitas algumas mudanças pela comissão central, mas, como a comissão interna entendeu que foram preservados os princípios básicos, concordou, embora não tivesse participado efetivamente de sua elaboração. A Profa. Helena sugeriu que se tentasse retomar o projeto inicial da FE, recuperando a sua proposta, que seria a de um trabalho ampliado progressivamente para outras escolas, de acordo com a Secretaria da Educação, um trabalho que já é feito na escola de Barão Geraldo, visando a integração



UNICAMP

FE-rede estadual. " Há princípios inaceitáveis no projeto proposto : Colégio de Aplicação - Colégio Laboratório ? ! Não é possível transferir metodologia de um colégio de curso integral para um de outro tipo, por questões científicas, didáticas, etc. O Colégio como centro de referência ? O correto seria a rede pública. A proposta é elitista ? O Colégio no campus ? Deveria ficar onde está. E a questão de envolver escolas da região ? A FE deveria tentar participar da elaboração do documento. Não há como conciliar a proposta do Colégio com a proposta do trabalho conjunto com os professores da rede. Além disso, os professores da rede devem participar desde o início dos projetos da FE. Já foram desenvolvidos vários trabalhos em escolas públicas, com alunos de Graduação e Pós-Graduação." A seguir, leu o seguinte documento, que segue aqui transcrito : "Senhor Diretor : O DEME, em sua reunião de 27 de maio p.p., analisou a proposta de criação do Colégio da UNICAMP e decidiu encaminhar à comunidade da FE as seguintes considerações : A Faculdade de Educação tem desenvolvido, ao longo dos últimos anos, vários trabalhos junto às Escolas Públicas de 1ª e 2ª Graus. Tem participado de Seminários, Congressos, Simpósios e outros encontros existentes na área bem como realizado, internamente, seminários e discussões com o objetivo de repensar seus cursos de graduação - Licenciatura e Pedagogia - e Pós-Graduação. Tudo isso tem sido realizado não sem um esforço muito grande na maioria das vezes sem o apoio decidido da administração da Universidade. Estes trabalhos envolvendo alunos de Graduação e Pós-Graduação têm contribuído de forma decisiva para a formação científica e o aprofundamento nas questões educacionais tanto dos docentes como dos alunos envolvidos. Os muitos problemas que ora enfrentamos são decorrentes do descaso em relação à educação por parte dos Governos Centrais e , porque não dizer, da má distribuição interna do orçamento da Universidade. Apesar dessas condições adversas, a Faculdade de Educação aprofundou e ampliou seus trabalhos junto às Escolas Públicas o que tem significado, tacitamente, um compromisso político com a transformação das condições de ensino que se desenvolvem nessas escolas e com os interesses da população que a elas têm acesso. O DEME, coerente com a concepção de educação e ensino - que inclusive ajudou a construir - que vincula a metodologia a uma opção política de trabalho pedagógico negando, portanto, a neutralidade dos métodos e técnicas, mantém o firme propósito de continuar voltado para essas escolas públicas desenvolvendo propostas de trabalho que partam das condições concretas de trabalho existentes para a elas retornar modificando-as . Entende que dessa forma estará ampliando sua compreensão acerca dos problemas existentes e dos caminhos para superá-los. Entende o Departamento que o trabalho lento e árduo que vem realizando ao longo dos últimos anos, em conjunto com a Faculdade de Educação pode e deve ser melhorado, mas constitui-se a maneira mais coerente de contribuir decisivamente para a transformação das condições de ensino atualmente existentes nas Escolas Públicas. Reafirmamos nosso compromisso com a democratização do ensino e nossa opção política por um trabalho com a Rede Pública de 1ª e 2ª Graus. Ao analisar também a proposta de criação de uma Escola para filhos de funcionários, o Departamento considerou não ser tarefa da Universidade manter Escola de 1ª e 2ª Graus. Esta é função do Estado, que deverá garantir a todos o acesso à Escola Pública destinando - lhe recursos que propiciem um ensino voltado aos seus interesses e aos interesses da maioria da população. À Universidade caberá, seguramente, exigir do Estado o cumprimento desse direito constitucional. Pelos motivos acima expostos, o DEME tem a declarar o seguinte : 1. Não pode, de maneira alguma, endossar a proposta de criação do Colégio da UNICAMP e faz suas as argumentações contidas no documento " A PROPOSTA DO COLÉGIO DA UNICAMP ". Tal proposta de Colégio reforça a concepção elitista de educação, marcada pela visão tecnicista, segundo a qual a melhoria de ensino reduz-se à descoberta de novas metodologias e técnicas de ensino, desvinculadas do contexto em que se desenvolvem as práticas educativas. Tal concepção há muito tempo vem sendo ques



UNICAMP

tionada e recusada pelos educadores brasileiros que a têm superado na prática pedagógica, com propostas vinculadas às Escolas de 1ª e 2ª Graus da Rede Pública comprometidas com os interesses da maioria da população. 2. Entende ainda o DEME que a melhoria de Ensino de 1ª e 2ª Graus, tarefa primordial da Universidade e da Faculdade de Educação em particular, está estreitamente vinculada à ligação que a Universidade venha a estabelecer com as Escolas Públicas, seja na forma de projetos de pesquisa seja na forma de extensão e prestação de serviços que redimensionem a pesquisa e o ensino que se desenvolvem hoje nas diferentes áreas. Esta é função primordial da Universidade e para ela deverão ser destinados todos os esforços da Administração da UNICAMP, estabelecendo convênios com as Secretarias de Educação ao nível municipal e estadual e propiciando melhores condições de trabalho e de ensino para docentes e estudantes. Esta é a tarefa urgente que se coloca tanto para as Coordenações de Curso, de Graduação, da Faculdade de Educação e dos Institutos como para os órgãos da Administração Estadual. 3. O DEME entende que essa discussão deve dar-se de forma ampla e democrática ampliando-a aos Institutos e Faculdades além de estendê-la às entidades de docentes, funcionários e estudantes - ADUNICAMP, ASSUC e DCE - e às entidades do Magistério Paulista - APEOESP, UDEMO e outras. A discussão sobre a destinação das verbas públicas e as prioridades de alocação nos diferentes setores da área educacional, longe de constituir-se em dever de quem as destina, representa um direito de quem as recebe. Sr. Diretor : cumpre-nos ainda manifestar nossa preocupação com os rumos e os caminhos que tal proposta possa tomar e reconhecer que somente a posição firme e decidida da Faculdade de Educação com relação à idéia de um Colégio da UNICAMP poderá dar a tônica no encaminhamento do problema e na sua correta solução. Atenciosamente ...". A seguir, foi consultada a categoria discente, e o aluno Carlos E. A. Miranda informou que o assunto foi discutido em uma reunião, e verificou-se que, realmente, as propostas não "batem" (criar um colégio - integrar um trabalho com as escolas da rede). " Não tem sentido criar um Colégio na UNICAMP, já que não coincide com nossa postura quanto ao trabalho com as escolas públicas. Esta não é a forma mais representativa de participação da FE. Somos favoráveis à criação de um colégio para funcionários, e não aos propósitos deste Colégio de Aplicação. " Foi proposto que se levasse adiante o projeto inicial da FE, de estender o trabalho às escolas da rede, e que se utilizasse a verba (destinada à criação do Colégio) para melhoria do ensino. No entanto, como salientou o Prof. Camilo, a proposta já está definida. Se a FE deseja participar com seu projeto inicial, deve fazê-lo como proposta paralela, e até, "concorrente" com a proposta da Reitoria, para tentar obter financiamento do PADCT. O que se estranhou é que a Reitoria concebeu o projeto, e cabe à FE simplesmente aceitar ou não; este fato é muito sintomático : a FE não tem peso na Reitoria. O Prof. Pedro esclareceu que foi tentado ao menos garantir as propostas iniciais da FE quanto à criação de um Colégio, tendo em vista que já existe uma proposta imutável por parte da Reitoria, e que será, inclusive, apresentada ao PADCT para obter financiamento. Segundo a Profa. Helena : " todos os esforços foram tentados, através de quatro exaustivas reuniões, para que a proposta da FE fosse aceita. Mas, simplesmente, não importa o que a FE diga. É necessário um firme posicionamento, pois está claro que eles não desejam a participação da FE, nem mesmo na elaboração. Se não podemos argumentar nem mesmo na elaboração deste documento, como poderemos tentar interferir nos destinos deste Colégio ? Devemos elaborar um dossier com todos os documentos e propostas iniciais da FE, o atual (proposto pela Reitoria) e encaminhar às unidades . Além disso, precisamos decidir se a FE é realmente contra ou a favor do Colégio. " A Profa. Regina argumentou que, já que existe uma opinião diversificada (contra, a favor, passível de discussão), deve-se elaborar um documento manifestando estas opiniões, uma vez que não é homogêneo o pensamen-



UNICAMP

to da FE. O Prof. Augusto perguntou quais seriam as estratégias para impedir que o Colégio tome rumos indesejados, uma vez que ele será realmente implantado; e, se há um prazo para apresentar propostas de alterações, que se elabore um documento a respeito disso. O Prof. Bryan esclareceu que a proposta parece, realmente, "um projeto já fechado, com todas as características de um Colégio de Aplicação. Todos foram contra. Mas, apesar disto, a proposta já está praticamente concretizada. Em outros setores, como a creche, supletivo e Colégio Técnico, também não existe participação da FE. Para que possamos intervir, impedindo mais uma não participação, deve-se argumentar para que possamos, ao menos, imprimir nossa marca pessoal ao projeto." Consultados os Departamentos, a opinião geral do DECISAE, DASE, DEME e DEFHE foi contrária à criação do Colégio, de acordo com os princípios propostos pela Reitoria, mas querendo tentar garantir a participação da FE, pois acreditam que o Colégio será realmente implantado; o DEPE é favorável em sua maioria, com algumas objeções pessoais. O Prof. Pedro salientou que, mesmo que este projeto seja realmente aprovado, isto não implicaria uma mudança radical na política de ensino da FE com relação à rede pública de 1º e 2º graus. A Profa. Regina acrescentou que se deve realmente elaborar um documento "que deixasse em aberto a livre manifestação de pessoas interessadas ou não". A Profa. Águeda afirmou que, no documento proposto pela Reitoria, esta chance foi "anulada" quanto se diz: "... vamos criar um espaço para a Educação ...", pois está explícita uma negação da FE e de seu trabalho. A Profa. Helena acrescentou que "este é o nosso objeto de estudo, portanto, queremos a possibilidade de interferir nisto. A sobrevivência da FE está em jogo nesta proposta. Não podemos aceitar qualquer projeto, simplesmente para não correr o risco de não termos nada a apresentar. A FE tem, e muito, a oferecer em termos de pesquisa e experiência. Não podemos aceitar este projeto que partiu de uma concepção pessoal do Prof. Valadão. Deve-se colocar em votação: a FE é contra ou a favor desta proposta?" O Prof. Pedro respondeu que "se a FE posicionar-se agora contra o Colégio, significa que a Comissão não exerceu efetivamente o seu trabalho, inclusive o Diretor." Foi solicitado pelo Prof. Roberto que, seja qual for o encaminhamento, o documento a ser elaborado contaria com a assinatura do Diretor enquanto Presidente da Congregação. Os Profs. José Dias e Hilário solicitaram também que, seja qual for o resultado, deve-se preservar o direito à FE de participar ou não, na tentativa de "corrigir" o sistema proposto para o Colégio. A seguir, procedeu-se à votação: a favor ou contra - proposta-base "Colégio da UNICAMP", com o seguinte resultado: 8 abstenções, 2 votos favoráveis, 22 votos contra. Em face do resultado, a Profa. Helena sugeriu que se marcasse uma reunião para discutir a posição assumida pela FE, e que dela participasse o Prof. Valadão. Além disso, está previsto um debate para amanhã (dia 04/6/85), que é necessário confirmar. O Prof. Pedro solicitou que fosse constituída uma nova comissão paritária, uma vez que a Congregação posicionou-se contra o Colégio, mas que o Diretor não fizesse parte dela. A Profa. Helena acha de extrema importância a participação do Diretor nesta Comissão. O Prof. Roberto esclareceu que o Diretor não deve realmente fazer parte, pois precisa manter uma atitude "distante" nestes casos por uma questão política. A seguir, a Profa. Helena sugeriu que se estabelecesse uma série de procedimentos, que é a seguinte: 1) referendar a comissão interna ou formar outra; 2) reunião com a comissão central; 3) enviar documentação com posicionamento da FE, proposta inicial da FE e proposta atual da Reitoria a todos os segmentos da Universidade; 4) propor debate com as entidades representativas internas: ASSUC, ADUNICAMP, DCE, APG; 5) propor debate com entidades representativas do Magistério: APEOESP, UDEMO, etc. Foram propostos, como membros da comissão interna, os nomes dos Profs. Newton A. P. Bryan, Helena Costa Lopes de Freitas, Newton César Balzan, Dorotêa Cuevas Fracalanza, Maria Inês Fini e Maria Lúcia Rocha Duarte Carvalho; as alunas Raquel



UNICAMP

M. Gregori e Ana Cristina Martins Rossi; e um funcionário, cujo nome deverá ser confirmado, assim como dos demais membros propostos, na próxima reunião da Congregação. O Prof. Pedro comunicou que será enviado um ofício ao Prof. Valadão, informando sobre a posição assumida pela Congregação. A seguir, passou-se ao outro item: Designação da Comissão de Orçamento para 1986. Foram escolhidos os Profs. Hilário Fracalanza e Charles Richard Lyndaker, o funcionário Admir Canôas e a aluna Marinalva Warwar como membros da Comissão de Orçamento para 1986. O Prof. Sérgio Goldenberg sugeriu que os nomes propostos para as Comissões, em geral, fossem de membros do Colegiado, visando melhor operacionalização. Prosseguindo: Eleição da Coordenação de Pedagogia. A única candidata foi a Profa. Rosália Maria Ribeiro de Aragão. Ela salientou que prefere a realização de eleições, para estabelecer um maior compromisso com a comunidade. O Prof. Hilário concordou, pois realmente existe a tradição da eleição na FE, que deve ser mantida como processo. O Prof. Roberto acrescentou que também é favorável à eleição, para que seja estabelecida a legitimidade. A Profa. Rosália esclareceu que o processo eleitoral visaria não a votação em um nome, mas sim numa proposta de trabalho e sua conseqüente adesão ou não a esta proposta. Dispôs-se a discutí-la amplamente em debates, dependendo da comunidade para especificá-la melhor. Para acompanhar o processo, foi escolhida a seguinte comissão eleitoral: Maria Christina Malta Pretti, Maria Meliane Furtado Montezuma, Regina Clare Monteiro e Ana Cristina Martins Rossi; e foram fixadas as datas de 11/6 - 14 horas para o debate e 13-14-17-18-19 para as eleições. Discutiu-se o fato de incluir ou não o voto da Secretária da Coordenação, ou que fosse apenas um "voto simbólico". O regimento especifica que a votação não é universal; além disto, se este voto fosse computado como representativo de uma categoria, teria o valor de 33,3%, o que não é viável, neste caso. A seguir, discutiu-se o ponto 5. Representante da FE junto à Câmara Curricular. Tradicionalmente, o Coordenador de Pedagogia é também membro da Câmara Curricular. Como está vencendo o mandato do atual Coordenador (até 30/7) é necessário que se estabeleça se a função de representante da Câmara irá ou não permanecer vinculada à função de Coordenador de curso. Há a tolerância de uma reunião do Conselho Diretor após o vencimento do mandato para que o representante ainda tenha direito a voz e voto. Decidiu-se adiar a discussão deste assunto, bem como do item 6, para uma próxima reunião extraordinária, que será dia 24/6, às 8:30 horas. A Profa. Eloísa manifestou seu protesto quanto à falta de disciplina dos próprios membros da Congregação, o que ocasiona a necessidade de uma reunião extraordinária por "esvaziamento" da ordinária. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e eu, Sílvia Scalice Ciolfi, redigi a presente ata, que submeto à apreciação de todos os membros da Congregação. Campinas, 03 de junho de 1985

